

Dívida pública em títulos manteve-se estabilizada

Endividamento cai 0,55% mas cresce peso dos papéis de curto prazo atrelados ao dólar

Martha Beck

• BRASÍLIA. A dívida pública em títulos do governo federal manteve-se praticamente a mesma em fevereiro, em relação a janeiro. O estoque total caiu de R\$ 3,47 bilhões — 0,55% de queda — em fevereiro. O total da dívida mobiliária passou de R\$ 635,11 bilhões em janeiro para R\$ 631,64 bilhões no mês passado. A queda foi possível devido ao resgate líquido de títulos no valor de R\$ 8,3 bilhões e pela valorização de 2,90% do real em relação ao dólar.

Os com remuneração vinculada ao dólar tiveram sua participação no total da dívida reduzida de 29,36% para 28,70% em fevereiro, passando de R\$ 186,45 bilhões para R\$ 181,30 bilhões. Mas o peso dos títulos cambiais de curto prazo (com vencimento em 12 meses) na dívida aumentou de 40,61% em janeiro para 41,09% em fevereiro.

BC tem dificuldade para reduzir peso dos cambiais

O chefe do Departamento de Operações de Mercado Aberto do Banco Central, Sérgio Goldenstein, reconheceu que o Tesouro Nacional ainda tem dificuldades para reduzir a participação dos títulos cambiais na dívida mobiliária porque os investidores têm preferido comprar estes papéis para se proteger de oscilações no mercado.

— Se as operações de *hedge* (proteção) tivessem sido desmontadas, teria havido espaço

para a redução na oferta de títulos cambiais. Mas ainda não observamos esse desmonte — disse Goldenstein.

Goldenstein também disse que a opção dos investidores de buscar proteção não representa necessariamente um temor das empresas.

— Mas esta é uma decisão empresarial que não podemos avaliar — afirmou.

Em fevereiro, houve um aumento de 8,10% para 8,57% na participação dos títulos com rentabilidade vinculada a índices de preços na dívida pública, principalmente por causa da emissão líquida de R\$ 3,2 bilhões de NTN-Cs. No mês, os vencimentos de títulos ficaram em R\$ 25,1 bilhões. No período, o Tesouro emitiu R\$ 16,9 bilhões e resgatou R\$ 8,3 bilhões. Houve resgate de R\$ 1,3 bilhão em títulos prefixados (LTN), de R\$ 5,2 bilhões em pós-fixados (LFT) e de R\$ 1,2 bilhão em títulos cambiais, referente ao pagamento de juros intermediários.

O Tesouro fez emissões diretas de R\$ 4,1 bilhões de títulos para a securitização (transformação em papéis negociáveis) da dívida agrícola e de R\$ 54,3 milhões de títulos para credores do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), da casa própria.

O volume de títulos com vencimento em 12 meses caiu para 24,62% do total da dívida, sendo o menor percentual registrado desde o início da série histórica do Tesouro (dezembro de 1999). ■